

PERFIL E ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DO MUNICÍPIO DE CUITEGI/PB

Juliana de Melo Gonçalves¹

Davi da Costa Almeida²

RESUMO

O professor que atua com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) é um profissional cuja formação e aquisição de saberes diversos e específicos devem se fazer em alto nível de construção educacional, ou seja, uma formação de base sólida que estará voltada às particularidades de seu público alvo. Assim, a problemática da pesquisa apresentada atravessa as seguintes questões: que formação os professores atuantes nas salas de recursos multifuncionais possuem? Qual a influência da formação na prática docente desses professores do AEE? Que perfil profissional tais professores atuantes nas salas de recursos multifuncionais possuem? Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo investigar e analisar o perfil, a formação e a atuação dos professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais do município de Cuitegi-PB. Para tanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, e método exploratório/descritivo. As salas de recursos multifuncionais foram o campo de pesquisa e os sujeitos investigados foram a coordenadora da educação especial do município e as professoras do AEE. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram entrevista semiestruturada e questionários. Com base nos dados obtidos, aponta-se que todos os profissionais atendem aos pré-requisitos exigidos por lei para atuarem no AEE, mostram interesse e buscam por qualificação profissional em decorrência do compromisso, sentimento de pertencimento a sala de recursos multifuncionais e identificação com o público que lá frequenta. Contudo, a falta de recursos pedagógicos e apoio/participação da família são problemáticas que necessitam de fomentação de ações para melhor desempenho nos atendimentos. Ou seja, é necessário que os poderes federal, estadual e municipal aloquem mais recursos para apoiar os professores do AEE e é necessário um engajamento mais efetivo por parte dos familiares para que as crianças e os adolescentes atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais possam tirar o maior proveito possível do apoio prestado pelos profissionais do AEE.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado (AEE); Sala de Recursos Multifuncionais (SRM); formação.

¹ Discente do Curso em Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); especialista em Docência para Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB); extensão em Educação Especial Inclusiva com Ênfase na Deficiência Visual: concepções, políticas públicas e práticas pedagógicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); graduada em Pedagogia (licenciatura) pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: juliana.melog@gmail.com.

² Professor efetivo e coordenador do curso em especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), lotado no Departamento de Ciências Humanas, campus Mossoró; doutor em Educação, mestre Filosofia, graduado em Pedagogia (licenciatura) e Ciências Sociais (bacharelado) pela Universidade Federal do Ceará (UFC); graduado em Filosofia (bacharelado) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: davi.almeida@ufersa.edu.br.

ABSTRACT

The teacher who works with Specialized Educational Assistance (AEE) in Multifunctional Resource Rooms (SRM) is a professional whose training and acquisition of diverse and specific knowledge must be carried out at a high level of educational construction, that is, solid basic training which will be focused on the particularities of your target audience. Thus, the research problem presented involves the following questions: what training do teachers working in multifunctional resource rooms have? What is the influence of training on the teaching practice of these AEE teachers? What professional profile do these teachers working in multifunctional resource rooms have? In this sense, this article aims to investigate and analyze the profile, training and performance of teachers who work in multifunctional resource rooms in the municipality of Cuitegi-PB. To this end, this is a bibliographical research, with a qualitative approach, and an exploratory/descriptive method. The multifunctional resource rooms were the research field and the subjects investigated were the municipality's special education coordinator and the AEE teachers. The instruments used for data collection were semi-structured interviews and questionnaires. Based on the data obtained, it appears that all professionals meet the prerequisites required by law to work in the AEE, show interest and seek professional qualification as a result of commitment, feeling of belonging to the multifunctional resource room and identification with the public that frequents there. However, the lack of pedagogical resources and family support/participation are problems that require promotion of actions to improve performance in care. In other words, it is necessary for federal, state and municipal authorities to allocate more resources to support AEE teachers and more effective engagement on the part of family members is necessary so that children and adolescents served in the Multifunctional Resource Rooms can get the most out of possible benefit from the support provided by AEE professionals.

Keywords: Specialized Educational Service (AEE); Multifunctional Resource Room (SRM); training.

1. INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos, assistido e garantido pela Constituição Federal/CF de 1988 e o art. 205 destaca ainda ser dever do Estado e da família a responsabilidade pela educação dos seus entes, sendo este direito também assegurado na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional LDBEN (lei nº 9.394/96).

Para garantir a todos este acesso a educação, ambos os documentos abrangem os alunos com necessidades especiais, inserindo-os no ensino regular por meio da perspectiva da inclusão, propondo também acompanhamento e apoio para o desenvolvimento e superação de suas limitações por meio de um trabalho

pedagógico denominado de Atendimento Educacional Especializado (AEE), desenvolvido nas salas de recursos multifuncionais.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é assegurado pela Resolução nº4 de 2 de outubro de 2009 – CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação / Conselho de Educação Básica) e através do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.

Nesse sentido, o professor atuante na Sala de Recursos Multifuncional (SRM) é peça fundamental na promoção do Atendimento Educacional Especializado, pois sua função não se resume unicamente a um simples atendimento ao aluno, mas possui como atribuições: a disseminação da inclusão do seu público alvo na comunidade escolar e na sociedade como um todo; a elaboração e execução do plano de AEE, proporcionando ao aluno uma maior aquisição dos saberes escolares; e, por fim, a articulação com os professores da sala de aula regular (comum) e orientação às famílias dos alunos. Nesse sentido, é necessária uma formação sólida direcionada à conhecimentos específicos. Dentro desse contexto, buscaremos responder a seguinte problemática: que formação os professores atuantes nas salas de recursos multifuncionais possuem? Qual a influência da formação na prática docente desses professores? Que perfil profissional tais professores atuantes nas salas de recursos multifuncionais possuem?

Nosso objetivo geral será investigar e analisar o perfil, a formação e a atuação dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais do município de Cuitegi-PB. Com a decorrência do considerável progresso no tocante à educação especial inclusiva e, conseqüentemente, com a expansão do Atendimento Educacional Especializado (AEE), outro fator investigado está ligado a aspectos pessoais e razões de cunho profissional, uma vez que poderá contribuir em possíveis reflexões para futuras pesquisas na área.

Os objetivos específicos são: a) apresentar a formação do professor e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), embasado nos aspectos históricos legais da política nacional; b) verificar a estrutura das salas de recursos multifuncionais do município de Cuitegi-PB; c) identificar o perfil dos professores atuantes na sala de recursos multifuncionais do município de Cuitegi-PB; d) compreender que visões esses profissionais possuem sobre a relevância do atendimento ao público alvo; e, por fim, e) contribuir com a prática cotidiana de tais

profissionais através de uma pesquisa que possa reunir os elementos iniciais para compreendermos que tipo de profissionais são esses que escolhem atuar no AEE.

O presente estudo, intitulado “Perfil e atuação dos profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas salas de recursos multifuncionais do município de Cuitegi/PB”, justifica-se em função do interesse e aprofundamento no tocante a educação especial inclusiva durante minha trajetória acadêmica, que somadas a minha vivência e experiência enquanto mãe de uma criança atípica, que frequenta a sala de recursos multifuncionais, promoveram o interesse em me especializar em AEE. A esta justificativa de cunho pessoal, soma-se uma justificativa social e política em prol da necessidade de cada vez mais tornar realidade a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais. Pois, percebemos que Atendimento Educacional Especializado (AEE), nas escolas públicas, ainda é uma realidade precária.

Nossa metodologia de trabalho foi desenvolvida através de uma pesquisa com levantamento bibliográfico, que se desdobrou numa pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa de análise dos dados coletados. As discussões neste trabalho se apresentam da seguinte maneira: na primeira parte temos a revisão de literatura, subdivididas em formação do professor, aspectos históricos e legais do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Na segunda parte, apresentamos de forma mais completa a metodologia aplicada com os caminhos percorridos para obtermos os dados necessário para a análise. E na terceira parte estão as análises, os resultados e as discussões referentes à coleta de dados, subdivididas em: salas de recursos multifuncionais; e o perfil das professoras do município de Cuitegi, na Paraíba. Por fim, apresentamos as considerações finais da pesquisa.

2. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Inicialmente, qualquer afirmação sobre a formação docente atravessa a perspectiva da qualidade da formação e da aquisição de saberes necessários para que o professor possa desempenhar o seu papel como profissional. E, conseqüentemente, o professor que atua com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) também é um

profissional cuja formação e aquisição de saberes específicos deve se fazer em alto nível de construção educacional. Assim, para Lima e Sales, “o conceito de formação está ligado ao trabalho do professor e a produção de si mesmo enquanto profissional” (Lima; Sales, 2002, p. 91). E quando se pensa no profissional do AEE, alguns, equivocadamente, direcionam a este um papel que não lhe cabe, ou seja, dar aulas de reforço a alunos que tenham dificuldade na aprendizagem.

Se o professor do atendimento educacional especializado (AEE) não é um professor de reforço escolar, isso significa que para a construção desse profissional é necessária uma formação direcionada a conhecimentos específicos. A LDBEN em seu Art. 59, inciso III, estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado [...]” (Brasil, 2023, p. 43). E de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, item VI, no AEE é necessário profissionais com:

[...] conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros. (Brasil, 2008, p. 17).

Observamos claramente através do dispositivo legal que o profissional do AEE é um professor que deve primar pela construção continuada de saberes inclusivos que permitam ampliar a acessibilidade dos educandos. E é por isso que a Resolução CNE/CEB nº 04/2009 afirma, no seu Art. 12, que para atuar no AEE “o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (Brasil, 2009), pois será essa formação que irá prepará-lo para desempenhar as atribuições mencionadas no Art. 13:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de

estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (Brasil, 2009).

A formação específica na educação especial citada na resolução acima se refere a uma formação inicial e continuada, pois o professor do AEE precisa de saberes específicos, como vimos, mas também necessita estar sempre atualizado com relação as demandas dos educandos e suas especificidades. Lembrando que uma formação ampla, completa e continuada são de responsabilidade e interesse do próprio profissional, porém também da união e das secretarias de educação federal, estaduais e municipais, das instituições escolares, a qual envolve tanto o setor pedagógico como o técnico e administrativo das escolas.

Vale ressaltar também que tal perspectiva formativa ampla, completa e continuada estar baseada “na articulação entre a prática e a reflexão sobre a prática, de modo que o professor vá se transformando em um profissional crítico-reflexivo, isto é, um profissional que domina uma prática refletida” (Libâneo, 2004, p.40). De fato, também é necessário que o professor do AEE se identifique com o público alvo e crie um sentimento de pertencimento àquele ambiente que é a sala de recursos multifuncionais.

2.1. Aspectos históricos e legais do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

A história da educação especial, principalmente no Brasil, tem suas origens ainda no Império com a criação do Instituto Benjamin Constant, em 1854³. Tal instituto foi criado para auxiliar e atender pessoas cegas e como afirma Leão e Sofiato, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi “a primeira instituição escolar fundada no Brasil, no Rio de Janeiro, voltada à educação de pessoas com deficiência visual, provendo o ensino primário, musical, profissional e alguns ramos do ensino secundário” (Leão; Sofiato, 2019, p. 283). Como conseqüentemente, podemos afirmar que a história do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

³ Ver Leão e Sofiato, 2019.

tem o seu começo, no Brasil, exatamente nesse momento histórico. É óbvio que precisamos salientar as diferenças dos contextos históricos que na época imperial não se preocupava com a inclusão de tais indivíduos, diferentemente da realidade atual e das políticas educacionais no Brasil contemporâneo, que visam a inclusão de todos os educandos.

Assim, no tocante à inclusão escolar, as políticas educacionais brasileiras vêm ganhando notoriedade, pois a mesma já vem sendo comentada e discutida desde a Constituição Federal/CF (1988), que no seu Art. 205, declara que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Ou seja, o pronome “todos” associado ao substantivo “direito” caracteriza a perspectiva de um processo de abrangência social que envolve a sociedade, as pessoas, na sua integralidade, na reunião de todas as partes que formam o todo social. Portanto, no tocante à Educação Especial, o Art. 208 da mesma Constituição, inciso III, firma a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais, preferencialmente, na rede regular de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – nº 9.394/96), no art. 2, também destaca ser dever do Estado e da família a responsabilidade com a educação dos seus entes. E o art. 58 conceitua a Educação Especial e seu público alvo como a “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 2023, p. 42-43). E isso é assegurado aos educandos no Art. 59, inciso I, com “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (Brasil, 2023, p. 43).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é assegurado pela Resolução nº 4 do CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação / Conselho de Educação Básica), de 2 de outubro de 2009, e através do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, o qual ganhou novos contornos onde foram reforçados os princípios para uma educação inclusiva e a real necessidade do AEE na escola regular. A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva de Educação Inclusiva, esclarece quais ações são de competência da Educação Especial e quais são de competência do ensino comum, assegurando o direito de

todo estudante frequentar a escola regular, incluindo os estudantes público-alvo da Educação Especial.

A Resolução nº 4 instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. No art. 2, aponta que a função do AEE é “complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (Brasil. 2009).

As atividades desenvolvidas no AEE diferem daquelas realizadas na sala regular, pois buscam promover autonomia e independência do estudante na escola, na vida familiar e no mundo do trabalho. Tais atividades também devem estar articuladas com a proposta pedagógica, disponibilizando de “programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros.” (Brasil, 2008, p. 16). Ressaltamos que é necessário, para se obter um bom êxito em tal atendimento, que os professores do AEE atuem de forma colaborativa com os professores das salas regulares construindo estratégias pedagógicas que favoreçam o aluno em ações que promovam a educação inclusiva.

Já o Decreto nº 7.611/2011 reforça a real necessidade do AEE na escola regular, reafirmando em seu Art. 2º que a educação especial deve garantir a seu público “[...] serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização [...]” (Brasil. 2011). E de acordo com esse mesmo documento, o AEE é realizado na Sala de Recursos Multifuncionais, espaço equipado e organizado preferencialmente em escolas comuns das redes de ensino, cujo atendimento deverá ocorrer no contraturno da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns. Ou seja, o Governo Federal se compromete a prestar apoio financeiro e técnico aos sistemas públicos de ensino do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas com a finalidade de aumentar a oferta do AEE a seu público alvo, educandos matriculados na rede pública de ensino regular. Assim, no Art.5, § 2º, indica que esse apoio se refere a várias ações, destacamos aqui os pontos III e IV:

III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão; IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a

educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais.

Observamos até aqui e podemos afirmar que a transformação histórica do Atendimento Educacional Especializado (AEE) numa perspectiva inclusiva de política pública e de efetividade sócio-política advém das últimas quatro décadas aproximadamente, desde da Constituição de 1988. É óbvio que a construção da educação especial pontualmente tem suas raízes e matrizes históricas no início do século XX, propriamente dito. Mas é inegável que historicamente, principalmente no Brasil, o Atendimento Educacional Especializado viu nos últimos anos um crescimento exponencial e tais dispositivos legais brasileiros são o reflexo dessa realidade. Isso significa um crescimento no processo de AEE e, conseqüentemente, um crescimento no processo de formação e profissionalização de professores para atuarem nas salas de recursos multifuncionais.

3. A METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa que desenvolvemos teve como início uma pesquisa bibliográfica em torno das políticas públicas desenvolvidas no Brasil dentro de uma perspectiva da educação especial inclusiva. Vimos que os marcos e dispositivos legais indispensáveis para pensarmos a história mais intensa do desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), no Brasil, encontram-se na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, bem como, a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008.

Para podermos dar continuidade na nossa pesquisa e atingirmos o objetivo que é, traçar o perfil e a atuação dos profissionais do AEE nas salas de recursos multifuncionais, no município de Cuitégi, na Paraíba, percebemos que além do caráter bibliográfico se configura como uma abordagem qualitativa, que de acordo com Triviños busca por:

[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.) (Triviños, 2008, p.132).

Aplicamos o método exploratório e descritivo, que conforme Gil, visa “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como o objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descobertas de instituições” (Gil, (2002), p. 41). E ressaltamos também mais uma vez o procedimental bibliográfico, que segundo Severino, realiza-se a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses e etc. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p. 122).

No tocante ao nosso campo de pesquisa, o estudo foi realizado nas salas de recursos multifuncionais do município de Cuitegi, na Paraíba, entre os meses de junho e julho de 2024, com fins para conclusão do curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado na modalidade à distância através da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Os sujeitos investigados foram a coordenadora da educação especial e professoras do AEE. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram entrevistas semiestruturadas e questionários.

A entrevista semiestruturada, segundo Bogdan e Biklen “é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (Bogdan; Biklen, 2010, p.134). Nosso instrumento de entrevista semiestruturada foi elaborado e nortado por 16 (dezesseis) perguntas, com intuito descobrir dados relevantes acerca do AEE. Para registro utilizamos um diário de bordo.

Já o questionário segue a premissa de que é um “meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche” (Cervo; Bervian, 2002, p. 48). Assim, o questionário utilizado foi constituído por 6 (seis) perguntas abertas direcionadas às professoras atuantes no AEE, com intuito de identificar o perfil das professoras que desenvolvem o seu trabalho na sala de recursos multifuncionais; compreender que visões esses profissionais possuem sobre a

relevância do atendimento ao público alvo; e contribuir com a prática cotidiana de tais profissionais.

As etapas para coleta de dados ocorreram da seguinte maneira: dia 17 de junho de 2024, realizamos uma visita à Secretária de Educação do município de Cuitegi-PB, no intuito de conseguir liberação para realização da pesquisa. Lá fomos direcionados a coordenadora da Educação Especial, a qual informamos que precisaríamos realizar um levantamento de dados a respeito do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e aplicar um questionário com os professores lá atuantes. De imediato fomos liberados para a realização da pesquisa e por meio da entrevista semiestruturada, a coordenadora passou os dados solicitados e se prontificou no repasse dos questionários aos professores. Obtivemos o retorno de 3 (três) questionários respondidos entre o dia 02 (dois) e 10 (dez) de julho de 2024, via e-mail.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e as discussões apresentadas nessa pesquisa traçam um olhar inicial sobre o Atendimento Educacional Especializado, no município de Cuitegi, na Paraíba. Tal município está localizado na Região Geográfica Imediata de Guarabira e integra a Região Metropolitana de Guarabira. De acordo com o IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2022, a população era de 6.730 habitantes e a densidade demográfica era de 159,89 habitantes por quilômetro quadrado.⁴ Ainda segundo o IBGE, em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 96,5%. E segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), em 2021, os índices permanecem os mesmos, 96,5%.⁵

4.1. As salas de recursos multifuncionais do município de Cuitegi-PB

O município de Cuitegi-PB conta com 10 (dez) unidades de ensino, sendo (08) oito escolas, sendo 01 em tempo integral, e 02 (duas) creches. O município conta com um total de 5 (cinco) Salas de Recursos Multifuncionais, funcionando nas

⁴ Fonte: IBGE (2024). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cuitegi/panorama>. Acesso em: 08 ago. 2024.

⁵ Fonte: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 08 ago. 2024.

seguintes escolas, com suas respectivas localidades e cronogramas, dias, de atendimento (quadro 1):

ESCOLA	LOCALIDADE	CRONOGRAMA AEE
Escola Municipal Emídio Madruga	Conjunto Roberto Paulino, nº S/N, Bairro: Barro Vermelho	Terça, quinta e sexta nos turnos manhã e tarde
Escola Municipal Hilda Neves de Lucena	Rua Manoel Paulo Dos Santos, nº S/N, Bairro: Cruzeiro	De segunda a sexta nos turnos manhã e tarde
Escola Municipal Horácio Montenegro	Rua Dr. Raimundo da Nóbrega, nº S/N, Bairro: Santo Antônio	Segunda, terça e quarta no turno manhã e de segunda e sexta no turno tarde
Escola Municipal José Tomaz de Aquino	Rua Dr. Raimundo da Nóbrega, nº S/N, Bairro: Santo Antônio	Segunda no turno noite e terça nos turnos manhã e tarde
Escola Municipal Maria Emi Madruga	Rua José Joaquim de Melo, nº 318, Bairro: Centro	Segunda no turno noite e quinta nos turnos manhã e tarde

Quadro 1 – Escolas com Atendimento Educacional Especializado, localidade e cronograma
Fonte: autoria própria (2024)

As primeiras salas de recursos multifuncionais do município foram abertas em duas escolas localizadas na zona rural, na Escola Municipal Carolina de Farias Pimentel, localizada no Sítio Palmeira, e na Escola Geraldo Leite de Moraes, localizada no Sítio Malhada, ambas, ao que se tem conhecimento no ano de 2015. Todavia, as mesmas não desempenharam nenhum funcionamento no período transcorrido entre 2015-2017 e somente no ano de 2018, após denúncia familiar ao Ministério Público e intervenção do mesmo, ocorreu a abertura e funcionamento das salas. Entretanto, devido a localização das mesmas se darem na zona rural, localidades nas quais o município comportava um menor número de alunos com deficiência, as mesmas foram realocadas para as Escolas Municipais Horácio Montenegro e Hilda Neves de Lucena, estando estas localizadas na zona urbana da cidade.

Basicamente as salas possuem equipamentos de mobiliário como mesas, cadeiras, armários, birôs, lousa, em algumas delas, cavaletes de exposição, mesa

para computador e outros. As salas não dispõem de laboratório de informática, no entanto, contam com recursos tecnológicos como notebooks, tablets nos quais dispõem de softwares e aplicativos pedagógicos, teclado colmeia, lupas, prancha de escrita, adaptador de lápis, tesouras e outros para o atendimento educacional especializado. A equipe multiprofissional é composta da seguinte maneira (quadro 2):

EQUIPE MULTIPROFISSIONAL	SERVIDOR EFETIVO OU NÃO
01 (uma) Coordenadora	Efetiva
01 (uma) Supervisora	Contratada
06 (seis) professoras	5 (cinco) efetivas e 1 (uma) contratada
25 (vinte e cinco) Cuidadores Escolares	15 (quinze) efetivos e 10 (dez) contratados
02 (duas) Assistentes Sociais	Efetivos
01 (uma) Psicóloga	Contratada
01 (uma) Fonoaudióloga	Efetiva

Quadro 2 – Equipe multiprofissional. Fonte: Autoria própria (2024).

Ressaltando que apenas os assistentes sociais, a psicóloga e a fonoaudióloga não atuam em exclusividade para as demandas da Educação Especial, mas para a rede de ensino do município como um todo.

O município periodicamente estabelece em seu calendário letivo oferta de formação continuada a toda equipe multiprofissional, visando qualificar e atualizar os profissionais da educação sobre as necessidades específicas dos estudantes para promoção da inclusão.

Atualmente, estão matriculados no Atendimento Educacional Especializado (AEE), 78 alunos, cuja faixa etária varia entre 02 (dois) a 60 (sessenta) anos de idade. Alguns já diagnosticados e outros em processo de investigação clínica, uma vez que a oferta do atendimento não está condicionada à existência do laudo.

Tal demanda corresponde à alunos com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista, deficiência física/motora, deficiência visual, deficiência auditiva e deficiências múltiplas. Nas salas ainda se faz o acompanhamento de alunos com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).

Os atendimentos acontecem nos turnos manhã, tarde e noite, tendo variações a depender da unidade de ensino e a demanda da comunidade escolar. Em média, os atendimentos duram 40 minutos e há uma variação quanto à quantidade de atendimentos ofertada a cada estudantes, sendo de 1 ou 2 atendimentos por semana, a depender do caso acompanhado.

A avaliação é processual e se dá através do levantamento inicial das habilidades e potencialidades do estudante, que é mensurado no plano de AEE e assim estabelecido objetivos a serem alcançados dentro de um período de tempo. Desta forma, o desempenho do estudante é registrado a cada atendimento no caderno de registro e, assim, ao final do período é realizada a avaliação do estudante, que é elencada em relatório.

4.2 Perfil e Atuação dos professores de AEE

A formação do profissional do AEE é de extrema importância para que o atendimento aos alunos possa ocorrer dentro dos parâmetros e dispositivos legais, mas também para que o processo de ensino-aprendizagem possa obter o maior êxito possível, ou seja, o objetivo é o processo do AEE é a inclusão, o desenvolvimento da autonomia do educando e o consequente pertencimento social que deve ocorrer pela própria mudança dentro da sociedade, tornando-a uma sociedade inclusiva. Seguindo estes parâmetros e como forma de manter o sigilo aos nomes dos professores, utilizamos na pesquisa como forma de identificação as siglas C (coordenadora), P1, P2 e P3 (professoras), conforme quadro 3 abaixo:

PROFESSOR	FORMAÇÃO
C	Licenciatura em pedagogia com área de aprofundamento em educação especial – UFPB; Especialização em atendimento educacional especializado – UFERSA; Especialização em libras – IFPB; Especialização em atendimento educacional especializado para o

	estudante com deficiência visual – UFRJ; Especialização em atendimento educacional especializado: Programa de Formação Docente na área de Deficiência Visual – UFPB; Mestrado em Educação – UFPB; Aperfeiçoamento curso escola para todos: inclusão da pessoa com deficiência – Fundação vivo; Aperfeiçoamento em letramento para estudante com deficiência – UFG; Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado para o Estudante com Transtorno do Espectro Autista – UFERSA; Aperfeiçoamento em gestão na educação especial – UFPEL; Formação em Educação Especial – FUNAD; Formação em libras em contexto – FUNAD; Aperfeiçoamento em libras – CELEST.
P1	Licenciatura em Pedagogia – UEPB. Especialista em Educação Infantil e anos iniciais – FAVENI Especialista em Educação Especial – FAVENI Especialista em Orientação escolar e supervisão – FAVENI Educação Especial e inclusiva – 240 h Autismo – 240 h Libras – 80 h Cursando: ABA – EESAP Cursando: Psicopedagogia – FAVENI
P2	Licenciatura em Pedagogia – Faculdade Três Marias (FTM) Pós-graduação em Neuropsicopedagogia – EESAP Cursando: mediação – EDUSER
P3	Licenciatura em Pedagogia – UEPB Especialista em Atendimento Educacional Especializado (AEE) – FAVENI Extensão em Educação Especial Inclusiva com Ênfase na Deficiência Visual – UFPB

Quadro 3 – Formação. Fonte: Autoria própria (2024).

Todos os profissionais que fizeram parte da pesquisa possuem ensino superior em Pedagogia. Detalhando que, a coordenadora também possui Especialização em AEE e em Libras, Mestrado em educação e diversos outros aprofundamentos voltados a área da Educação Especial; dentre as 03 (três) professoras, apenas 01 (uma) é especialista em AEE, porém as demais possui especialização em Educação Especial ou em áreas afins, e nenhuma possui nível de mestrado ou doutorado. Como informamos anteriormente, a formação inicial e continuada são imprescindíveis para que o professor do AEE possa desempenhar as suas funções com êxito, e de acordo com Libâneo:

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional (Libâneo, 2004, p. 227).

Dessa forma, os profissionais atendem aos pré-requisitos necessários instituídos por lei, tendo formação inicial que os habilite para o exercício da docência e formação específica (inicial ou continuada) na educação especial.⁶ No quadro 4, podemos observar a participação em formação continuada incentivada pelo município e o tempo de atuação nas salas de recursos multifuncionais:⁷

PROFESSOR	PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÃO CONTINUADA OFERTADA PELO MUNICÍPIO	TEMPO DE ATUAÇÃO
P1	“Já participei, e ainda desejo continuar participando, pois precisamos sempre aperfeiçoar e aumentar nossos conhecimentos acadêmicos na área, acho essencial em nossa função”.	“Metade do ano letivo, este ano é meu primeiro ano letivo assumindo sala de recursos multifuncionais”.
P2	“Já participei de várias formações na área da educação especial inclusiva, presencial, e também online oferecido pela academia do autismo, também pelo EDUSER curso de mediação, sempre estou em busca de conhecimento na área, precisamos sempre estar atualizada nas mudanças que ocorrem nessa área, aperfeiçoar e aumentar nosso conhecimento é muito importante”.	“Esse é meu terceiro ano letivo assumindo a sala de recursos multifuncionais”.
P3	“Já participei, e sempre estou na busca	“Terceiro ano seguido”

⁶ A pesquisa é dividida em duas partes. Primeiramente, foi feito um levantamento através de entrevista semiestruturada com a coordenadora da Educação Especial, do município de Cuitégi-PB. Os dados levantados abordam a generalidade e especificidade do AEE no município e nas escolas que oferecem tal atendimento especializado. Assim, total de escolas que oferecem o AEE, total de salas de recursos multifuncionais (SRM), localidade das escolas, cronograma de funcionamento das SRM, disponibilidade de recursos tecnológicos, número de professores que atuam no AEE, etc., tais questionamento foram direcionados à coordenação de educação especial do município e foram apresentados no tópico 4.1 dessa pesquisa. Portanto, no tópico 4.2, encontram-se somente os dados referentes aos questionários aplicados com as professoras.

⁷ Com relação aos pré-requisitos necessários instituídos por lei, ver o documento “Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em 20 maio 2024.

	de melhor me capacitar”.	
--	--------------------------	--

Quadro 4 – Participação em cursos de formação continuada voltados para área da educação especial inclusiva ofertados pelo município e tempo de atuação. Respostas do questionário aplicado com as professoras do AEE do município de Cuitegi-PB. Fonte: Autoria própria (2024).

O tempo de atuação dos professores no AEE variam de 6 (seis) meses a 3 (três) anos. Todas afirmaram ter participado e o desejo em continuar participando de cursos de formação continuada voltados para a Educação Especial ofertados pelo município e por conta própria. A formação continuada para os professores é de extrema necessidade nos dias atuais, pois a dinamicidade do mundo e dos acontecimentos implicam renovações de saberes e práticas educacionais. Quanto ao AEE, tais implicações são ainda mais contundentes, pois os avanços tecnológicos, médicos, científicos e etc., impactam a vida das pessoas, principalmente, daquelas com necessidades educacionais especiais. E com relação a formação continuada, Libâneo reforça que:

A formação continuada consiste de ações de formação dentro da jornada de trabalho (ajuda a professores iniciantes, participação no projeto pedagógico da escola, entrevistas e reuniões de orientação pedagógico-didática, grupos de estudo, seminários, reuniões de trabalho para discutir a prática com os colegas, pesquisas, minicursos de atualização, estudos de caso, conselhos de classe, programas de educação à distância, etc.) e fora da jornada de trabalho (congressos, cursos, encontros, palestras, oficinas). Ela se faz por meio do estudo, da reflexão, da discussão e da confrontação das experiências dos professores (Libâneo, 2004, p. 229).

A formação continuada é de responsabilidade da a União, Distrito Federal, Estados e Municípios como estabelece o art. 62, inciso I, da LDBEN, porém é também de iniciativa pessoal e como o próprio nome diz, é um processo contínuo que propicia a construção de novos conhecimentos e, tratando-se da perspectiva da educação especial, uma melhor compreensão da prática pedagógica voltada para o atendimento das especificidades do seu público alvo. Portanto, além do incentivo por parte do poder público para a formação e atuação no AEE, é necessário entendermos um pouco a própria trajetória do professor e o que o levou a trabalhar com o AEE. Vejamos algumas respostas no quadro 5:

PROFESSOR	O QUE LEVOU ATUAR NO AEE
P1	“Sou efetiva. Considero que me identifico com a Educação

	Especial, desde de quando eu cursava pedagogia... eu já me interessava pela modalidade. Inclusive fui aluna bolsista por 2 anos na universidade, através de um projeto de extensão que tratava sobre a Educação Especial, então, desde aquele tempo eu já frequentava sala de AEE, como também produzia recursos pedagógicos considerando as necessidades específicas do público-alvo”.
P2	“Convite, sou contratada. Uma das áreas que mais consegui me identificar foi a educação especial, pois sou mãe de um menino autista não verbal. Como mãe encontrei vários desafios na qual eu precisava de um suporte e de conhecimento para conseguir lidar com meu filho, me encantei pelos atendimentos educacionais e vi que poderia ajudar outras crianças a se desenvolver”.
P3	“Sou concursada (efetiva) e me identifico com a área da Educação Especial Inclusiva”

Quadro 5 – O que a levou a atuar no AEE. Respostas do questionário aplicado com as professoras do AEE do município de Cuitegi-PB. Fonte: Autoria própria (2024).

Das três professoras, 02 (duas) são efetivas e 01 (uma) contratada. Em comum, apontam o motivo de identificação com a área. Percebemos pelas respostas que a motivação pessoal e afinidade com a área de atuação levam os muitos professores a se identificarem com o AEE e que o perfil desses profissionais atravessa escolhas pessoais específicas. A professora P1 relata que na graduação passou a ter contato com o AEE quando participou de um projeto de extensão sobre Educação Especial, e a professora P2 sendo mãe atípica foi a busca de suporte e conhecimento para melhor contribuir no desenvolvimento do seu filho.

No quadro 6 abaixo, podemos verificar as falas das professoras com relação as principais dificuldades no processo de atendimento educacional especializado. Observam que todas as professoras citaram a falta de recursos pedagógicos e apoio/participação da família.

PROFESSOR	PRINCIPAIS DIFICULDADES NO AEE
P1	“A falta de recursos pedagógicos e a falta de participação da família dos alunos”.
P2	“Os recursos adequados para o atendimento e o desenvolvimento que a criança necessita, e o apoio necessário da família na qual faz toda diferença para o desenvolvimento da criança”.

P3	“Ausência de recursos e apoio e participação dos pais”.
----	---

Quadro 6 – Principais dificuldades no AEE. Respostas do questionário aplicado com as professoras do AEE do município de Cuitegi-PB. Fonte: Autoria própria (2024).

Vale salientar que é de atribuição do professor do AEE identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos. Entendemos que a falta de recursos pedagógicos dificulta o trabalho, porém também é de responsabilidade do profissional a produção desses materiais.

Outro ponto é que, não podemos direcionar exclusivamente o processo de escolarização dos educandos às instituições de ensino e seus professores, pois também é de responsabilidade da família como afirma a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), em seu art. 1º, a educação abrange “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 2023, p. 8). Assim, é necessário mudar o cenário relacionado à carência de recursos pedagógicos e apoio/participação da família no contexto da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva com incentivos e ações que possam melhorar tais situações.

Já no quadro 7, percebemos a relevância do AEE para os alunos com necessidades educacionais especiais. Em síntese, todos os professores indicam que o AEE é de extrema relevância para o desenvolvimento do seu público alvo.

PROFESSOR	RELEVÂNCIA DO AEE PARA SEU PÚBLICO ALVO
P1	“Trabalho com foco no desenvolvimento e aplicação de atividades individualizadas para ensinar habilidades sociais, acadêmicas e de comunicação, além de reduzir comportamentos problemáticos que possam interferir na aprendizagem e na interação social. Então, isso fortalece a autonomia e independência do meu alunado na participação ativa”.
P2	“É fundamental para o desenvolvimento do estudante, trabalhando atividades em grupos ou individualizada para que seu aprendiz possa desenvolver sua autonomia”.
P3	“Desenvolvimento do estudante”.

Quadro 7 – Relevância do AEE para seu público alvo. Respostas do questionário aplicado com as professoras do AEE do município de Cuitegi-PB. Fonte: Autoria própria (2024).

Como preconiza a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (2008), o AEE deve ofertar atividades que cooperem no desenvolvimento dos estudantes, minimizando suas dificuldades e potencializando suas habilidades, proporcionando posteriormente desempenho nas atividades propostas em sala de aula e inclusão em todos os espaços da escola. Assim, considerando as particularidades dos alunos, os atendimentos compreenderão a estimulação das seguintes áreas do desenvolvimento: psicomotricidade, cognição, comunicação, desenvolvimento socioafetivo, emocional e comportamental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste artigo, considerando o quão instigante e desafiador é investigar o perfil e atuação dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais do município de Cuitegi-PB. Pois, o professor do AEE é um profissional importantíssimo dentro da proposta da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, haja vista que ele é o mediador fundamental das práticas pedagógicas dentro e fora da escola para a inclusão.

Iniciamos apresentando a formação do professor e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), embasado nos aspectos históricos legais da política nacional. Em seguida, adentramos no nosso objeto de pesquisa onde discorreremos sobre a estrutura das salas de recursos multifuncionais do município de Cuitegi-PB. Identificamos o perfil dos professores atuantes na sala de recursos multifuncionais, compreendemos que visões esses profissionais possuem sobre a relevância do atendimento ao público alvo e contribuímos com a prática cotidiana de tais profissionais, reunindo os elementos iniciais para compreendermos que tipo de profissionais escolhem atuar no AEE.

Com relação ao perfil dos profissionais, a coordenadora possui uma formação totalmente voltada para a área da Educação Especial, ressaltamos sua especialização em AEE, mestrado em educação e diversos outros aprofundamentos voltados a área da Educação Especial. Apenas um professor é Especialista em AEE, porém as demais possuem especialização em Educação Especial ou em áreas afins e correlatas. De forma geral todas atendem aos pré-requisitos legais, os quais exigem formação inicial que as habilita para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada. Independentemente da forma

de ingresso (efetivo/contrato) e tempo de experiência no atendimento, todas as professoras mostram interesse de estar em constante processo de qualificação profissional no tocante à Educação Especial, decorrência de compromisso, identificação e sentimento de pertencimento a sala de recursos multifuncionais e ao público que lá frequentam.

As profissionais entendem a relevância do AEE para o desenvolvimento pleno dos alunos com necessidades especiais educacionais, por meio da oferta de atividades que cooperam, minimizando dificuldades e potencializando suas habilidades, de forma que reflita diretamente no desempenho das atividades propostas em sala de aula, bem como em sua inclusão em todos os espaços da escola e fora dela.

Como forma de contribuir no tocante a falta de recursos pedagógicos e apoio/participação da família, dificuldades essas citadas pelos profissionais, sugerimos algumas ações. Nos atendimentos estão disponíveis diversos recursos pedagógicos (inclusive tecnológicos), porém é provável que esteja faltando recursos para determinadas atividades específicas. Sugerimos, então, que nos encontros formativos já ofertados pelo município, incluam-se palestras e oficinas de recursos pedagógicos, para que esses profissionais internalizem que também é de sua função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. É óbvio que isso não exclui o papel dos órgãos públicos, da União, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios.

A família tem papel essencial na formação dos filhos que tenham ou não alguma deficiência, é onde naturalmente se espera o maior apoio/participação. No entanto, percebe-se que é uma realidade ainda distante, principalmente, naquelas famílias com crianças com necessidades especiais. A Lei de Diretrizes e Base da Educação preconiza a educação como direito de todos, porém dever do Estado e da Família. Do Estado, pois deve fornecer mecanismos que promovam a qualidade do ensino e, essencialmente, da família, pois deve promover a educação inicial em casa, bem como complementar o que a escola já faz no cumprimento das atividades e, sobretudo, compartilhando informações necessárias para o desenvolvimento da criança.

Sugerimos palestras, reuniões, eventos para a família, para que o elo e a parceria entre escola e família sejam fortalecidos, pois “a escola nunca educará

sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos” (REIS, 2007, p. 6).

Chegamos aqui na certeza em termos reunimos os elementos suficientes para compreendermos que tipo de profissionais escolhem atuar no AEE, profissionais esses compromissados, que buscam constantemente capacitações para melhor atender as demandas dos educandos e suas especificidades. Assim, todos os objetivos foram alcançados, encerramos por hora o exercício que nos propomos ao longo deste artigo. Pois reconhecemos nosso amadurecimento enquanto pesquisadora e pessoa, produto das orientações, pesquisas e leituras realizadas. Assim, conseguimos compreender e investigar o perfil e atuação dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais do município de Cuité-PB e acreditamos ter contribuído para que novas pesquisas sejam realizadas nesse âmbito. Porém, apontamos aqui para uma pesquisa inconclusa na qual queremos futuramente voltar em breve, haja vista que existem outras inquietações a serem investigadas para as quais pautaremos novos projetos.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil De 1988**. Brasília, DF: Senado, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 maio 2024.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica**. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. 7 ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

_____. Ministério da Educação. **Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 20 maio de 2024.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 04/2009**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 11/2010: **Orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos**

Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5294-notatecnican112010&Itemid=30192. Acesso em: 20 maio 2024.

_____. **Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducaspecial.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma Introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 2010.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

GIL, A C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 5.ed. São Paulo: atlas, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e Prática.** 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LEÃO, Gabriel B. O. S; SOFIATO, Cássia G. A educação de cegos no Brasil do século XIX: revisitando a história. **Revista Brasileira Ed. Esp.**, Bauru, v.25, n.2, p.283-300, Abr.-Jun., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/PPPVfR9HFTmgxyDW7MsNwTw/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 03 agosto 2024.

LIMA, Maria Socorro Lucena; SALES, Josete de Oliveira Castelo branco. **Aprendiz da prática docente: a didática no exercício do magistério.** Fortaleza-CE: Demócrito Rocha, 2002.

REIS, Risolene Pereira. In. **Mundo Jovem**, n.º. 373. Fev. 2007, p.6.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. p.177 a 123.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação.** 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008.p.120 a 136.